

**Diário Notícias**

09-03-2011

**Periodicidade:** Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 79040**Temática:** Educação**Dimensão:** 718**Imagem:** S/PB**Página (s):** 1/12

## Três mil auxiliares recebem metade do salário mínimo

**EDUCAÇÃO** Desde Outubro, já foram abertas pelo ministério 2845 vagas para auxiliares da acção educativa a tempo parcial, pagos a três euros à hora. Recebem entre 132 e 264 euros mensais. **PAÍS** PÁG. 12

# Quase 3000 auxiliares a receber entre 132 e 264 euros

**Educação.** Desde Outubro, já foram abertas pelo ministério (e acabaram) 2845 vagas a tempo parcial por três euros à hora

PEDRO SOUSA TAVARES

Desde o arranque do ano lectivo, as escolas públicas já abriram 2845 vagas para auxiliares de acção educativa (agora designados de assistentes operacionais), todas a tempo parcial e a troco de três euros à hora, o que totaliza entre 132 e 264 euros brutos por mês, pouco mais de metade do salário mínimo. A maioria destes trabalhadores voltou já novamente ao desemprego.

Os números são avançados pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FP), que acusa o Ministério da Educação de se "aproveitar da miséria" alheia para resolver - a curto prazo - a crónica falta de pessoal das escolas.

"É uma situação inexplicável", diz ao DN Luís Pesca, da FP. "Quando as escolas abriram 2300 lugares, entre Setembro e Dezembro, ainda pensamos que se trataria de alguma situação especial, alguma verba para contratações a termo que teria sobrado no Orçamento do Estado", conta. "Mas chegámos a Janeiro e a situação voltou a repetir-se, com mais 545 lugares."

Para o sindicalista, esta situação torna o Ministério da Educação num promotor de situações "extremas" de precariedade, em que os trabalhadores "por um ou dois meses" têm um emprego em que fazem "duas a quatro horas por dia, recebendo três euros à hora". O que faz que nunca excedam os 274 euros mensais.

"Estes horários incompletos nem sequer têm de ser cumpridos de seguida", acrescenta. "Um director pode pedir a um auxiliar para vir fazer uma hora de manhã, duas à hora de almoço e outra ao

fim da tarde", completa. "As pessoas acabam por aceitar estes empregos pelo desespero de encontrar alguma fonte de rendimento pela ilusão de um dia poderem ter um contrato por mais tempo."

## Poupança questionável

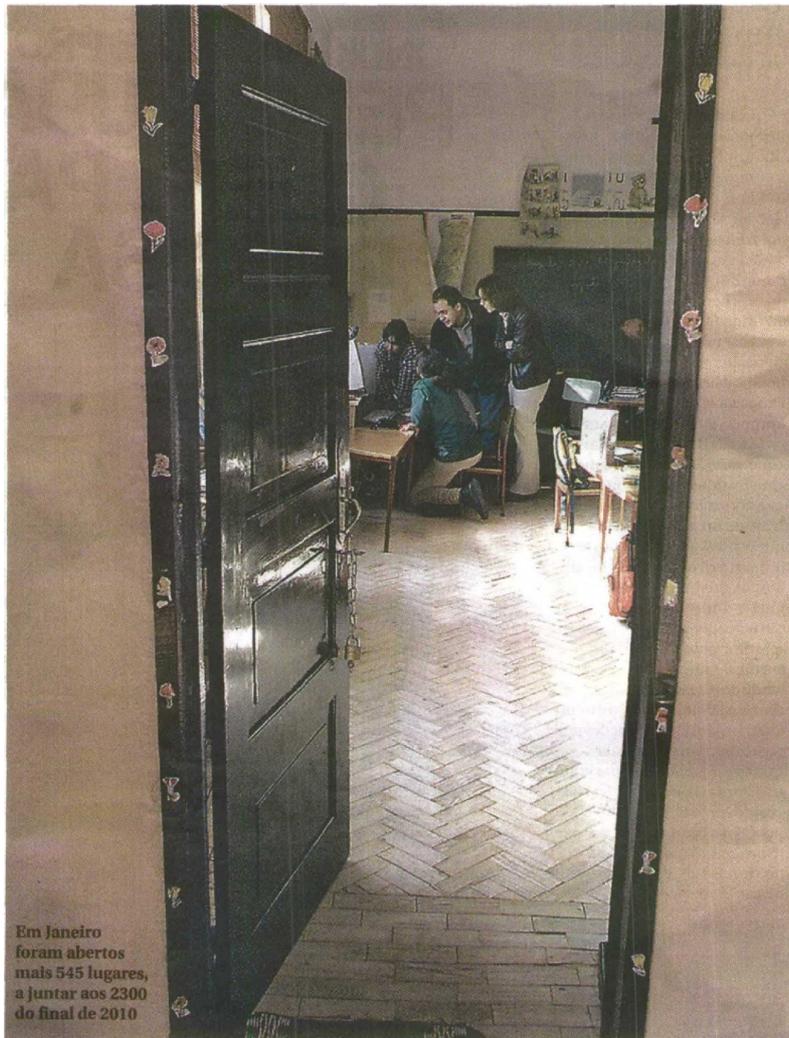
Apesar de não ter dúvidas de que a intenção da tutela com estes vínculos é "poupar", o sindicalista duvida de que mesmo esse objectivo seja atingido. "É ridículo. Há contratos tão curtos que acabam antes do prazo de candidatura a essas vagas", diz, Luís Pesca dá como exemplo os "contratos abertos em Janeiro a terminar a 28 de Fevereiro".

"Cada vez que se abre um concurso destes é preciso fazer a sua publicitação, constituir um júri que terá de se reunir e apreciar as candidaturas e mais tarde publicar os resultados", descreve. "Todas estas etapas têm custos."

Recentemente, o Ministério das Finanças autorizou a assinatura de novos contratos com mais de 630 auxiliares contratados a termo no ano passado, mas Luís Pesca diz que esta "é uma situação diferente", que se prende com a "manutenção de auxiliares que já estavam ao serviço das escolas" e não com novas contratações.

De resto, a FP continua a alertar para a existência de perto de dois mil lugares por preencher nas escolas, cujos quadros integram cerca de 30 mil auxiliares, e lembra o recurso a outro tipo de trabalhadores precários: os desempregados colocados pelos centros de emprego ao abrigo dos contratos de emprego e inserção social (CEIS).

"São às centenas. Ganham o subsídio de desemprego mais um suplemento de 20%. Trabalham



Em Janeiro foram abertos mais 545 lugares, a juntar aos 2300 do final de 2010

quatro dias na escola, ao quinto têm de sair para procurar emprego, porque são obrigadas por lei. E passam um ano nisto", descreve o sindicalista. "Ao final de um ano, mesmo que se tenham integrado maravilhosamente, voltam para o desemprego e são substituídos por outros."

O DN questionou o Ministério da Educação sobre a continuidade destes concursos a prazo e a precariedade destes trabalhadores, mas não obteve qualquer resposta até ao fecho da edição.

## CASOS

### UM MÊS DE CONTRATO

» Segundo a FP, as escolas chegaram a abrir vagas para contratos com pouco mais de um mês de duração. Tão curtos que até os prazos dos concursos públicos necessários para abrir estas vagas são superiores, e por vezes (caso existam contestações) terminam depois do próprio vínculo.

### 132 EUROS MENSAIS

» As escolas chegam a abrir vagas para duas horas por dia. A três euros à hora, isto equivale a cerca de 132 euros mensais (22 dias úteis). Um valor equivalente a cerca de um quarto do salário mínimo nacional (que está fixado nos 485 euros).

### HORÁRIO FLEXÍVEL

» A FP denuncia ainda que, além de terem horários incompletos, estes auxiliares ainda são sujeitos a distribuições das suas horas por diferentes períodos do dia, por exemplo, trabalhando duas horas de manhã e outras duas à tarde, o que dificulta a obtenção de outros empregos.

## Falta de funcionários fechou escolas

**ANO LECTIVO** A falta de funcionários nas escolas marcou o arranque deste ano lectivo. Algumas escolas adiaram a abertura por falta de pessoal auxiliar para vigiar os alunos nos recreios e para limpar as instalações. Um mês depois do arranque das aulas ainda havia concursos abertos para a colocação destes funcionários, que só começaram a trabalhar perto do final do 1.º período.

A contenção orçamental levou à rescisão dos contratos de muitos auxiliares, daí que no início do ano lectivo muitas escolas nem sequer tinham o número mínimo exigido por lei. De acordo com a legislação, nas escolas do 1.º ciclo com mais de 48 e até 96 alunos tem de haver dois funcionários. Já nas dos 2.º e 3.º ciclos com menos de 600 alunos, a lei impõe um auxiliar por cada cem estudantes.

RODRIGO CABRITA/ARQUIVO DN